

Espaços e Paisagens

*Antiguidade Clássica
e Heranças Contemporâneas*

Vol. III

**Francisco Oliveira, Jorge Oliveira
e Manuel Patrício**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

TRAÇADOS URBANOS PORTUGUESES, SIMBIOSE DE CULTURAS

MANUEL TEIXEIRA

*Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE
CEURBAN — Centro de Estudos Urbanos*

Abstract: Portuguese urban layouts, symbiosis of cultures

Portuguese urban layouts express the symbiosis of two main cultural references: the geometry and the regularity, which is a heritage of the Roman culture; and a careful adaptation to the physical characteristics of the site, which is a heritage of the pre-Roman Mediterranean culture, later reinforced by the Muslim presence.

This means that, on the one hand, on Portuguese urban layouts there is always a plan, or an idea of plan, based on a regular geometry. That is the regularity that characterizes Roman colonial cities, and which became a fundamental component of our urban culture. On the other hand, in the actual act of construction, this plan is confronted with the site, and adapted to the site's physical characteristics. That corresponds to our Mediterranean culture of the territory, which later on the Muslims came to adopt as part of its own urban strategies, and which is also an important component of our urban culture.

This symbiosis of principles, apparently contradictory, became one of the main characteristics of Portuguese urban layouts, and is translated into urban morphologies that, although when observed in plan do not present an absolute geometrical regularity, when experienced on the site, they do present a remarkable sense of order and regularity, and at the same time an intelligent adaptation to the topography, taking advantage of its characteristics.

Keywords: geometry, Mediterranean culture, Portuguese urban layouts.

Palavras-chave: cultura mediterrânica, geometria, traçados urbanos portugueses.

1. Introdução

A cidade portuguesa evidencia uma variedade de influências de diferentes períodos históricos, expressando a simbiose de duas referências culturais fundamentais: a articulação com o território, herança da cultura mediterrânica, reforçada mais tarde pela presença muçulmana, e a geometria e a regularidade, herança da cultura romana.

A cidade portuguesa tem sempre em consideração as particularidades do sítio em que se implanta, localizando os principais edifícios em situações topograficamente dominantes. Neste caso, são estes edifícios que vão estruturar os espaços urbanos envolventes. Por outro lado, a construção da cidade portuguesa parte sempre de um plano geometrizado que a estrutura.

Neste caso, o principal elemento de ordenamento urbano é o próprio traçado regulador.

Correspondendo as estas duas diferentes concepções de espaço, em todas as cidades portuguesas encontramos uma componente vernácula e uma componente erudita. A componente vernácula corresponde à cidade que é construída sem o recurso a técnicos especializados e em que existe uma estreita relação do traçado urbano com a topografia. Este modelo de cidade tende a ser menos regular e a cidade é muitas vezes designada como não planeada, ou orgânica, porque é o resultado acumulado das acções de muitos indivíduos, ao longo de gerações.

A componente erudita corresponde à participação de técnicos especializados, detentores de um saber intelectual, no desenho da cidade. Este modelo de cidade tende a ser mais regular e construído de acordo com um esquema racional. Esta é a cidade habitualmente designada por planeada, porque resultou de um plano pré-concebido, da autoria de um indivíduo ou de um número reduzido de indivíduos.

O resultado desta simbiose de princípios, aparentemente contraditórios, traduz-se em traçados urbanos que embora em planta não apresentem uma absoluta regularidade geométrica, nos transmitem no local um grande sentido de ordem e uma cómoda adaptação ao sítio, sabendo tirar partido das suas particularidades físicas. A cidade portuguesa harmoniza num todo coerente estas duas formas de fazer cidade, aí residindo, em grande parte, a sua especificidade.

A componente erudita da cidade portuguesa insere-se plenamente na cultura urbana ocidental. Existe uma herança cultural comum a toda a Europa, cuja matriz se encontra na cultura da antiguidade clássica, reformulada no Renascimento, e que se traduz em formas urbanas partilhando idênticas características morfológicas de rigor, de regularidade e de geometria. O urbanismo português participa inteiramente desta evolução, tornando-se cada vez mais racional e regular, identificado com uma cultura urbana europeia de raiz erudita.

2. A cultura mediterrânica, Roma e o Islão

São diversas as características mediterrânicas que subsistem na tradição urbana portuguesa: a localização privilegiada na costa marítima, a escolha de sítios elevados para a implantação do núcleo defensivo, a estruturação das cidades em cidade alta, institucional e política, e cidade baixa, portuária e comerciante, a cuidadosa adaptação do traçado das ruas às características topográficas locais e o papel dos edifícios singulares na estruturação dos espaços urbanos.

As características topográficas eram determinantes para a localização do núcleo urbano inicial, frequentemente num planalto ou no topo de uma colina, para a definição do perímetro das fortificações, que acompanhava a estrutura do terreno, para a implantação dos principais edifícios institucionais

em locais dominantes do território, e para a definição das principais direcções do crescimento urbano, sobre as linhas naturais do terreno. Os edifícios singulares, de natureza institucional, assumiam uma importância primordial na organização da cidade. Localizados em posições dominantes, davam sentido e organizavam os espaços envolventes, tornando-se os elementos estruturantes fundamentais da malha urbana.

A partir do século II a.C. os princípios urbanísticos da cidade romana de colonização, baseados na regularidade, na racionalidade e na ordem foram impostos a várias cidades portuguesas, quer através da fundação de cidades, quer através da ocupação e da reestruturação de cidades já existentes. Duas ruas perpendiculares entre si - o *cardus* e o *decumanus* - constituíam os dois eixos viários principais e as directrizes fundamentais da cidade, a partir das quais se definia uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões. Adjacente à intersecção destes dois eixos, no centro da cidade, localizava-se o fórum, que era ao mesmo tempo centro da vida pública e religiosa, local de reunião e mercado, concentrando-se nele os principais edifícios dedicados às funções político-administrativas, judiciais, religiosas e comerciais da cidade. Outros equipamentos localizavam-se em diversos pontos da cidade, sujeitando-se a sua implantação à lógica geométrica pré-estabelecida pela malha urbana.

Embora em muitas cidades de fundação romana em Portugal não se expressem tão plenamente os princípios de rigor e de geometria presentes noutras situações, os ideais de regularidade e de ortogonalidade, e a concepção de espaço subjacente à cidade romana de colonização radicaram-se suficientemente para passar a ser uma componente importante do pensamento urbanístico português. Nesta concepção de cidade, é o espaço urbano racionalmente organizado e definido por um traçado regular que constitui o elemento primordial.

As cidades de origem romana, e a tradição dos traçados ortogonais vai permear a cultura urbanística europeia ao longo de séculos, mantendo-se viva ao longo da Idade Média, ainda pontuavam o território europeu e as mais importantes continuavam a ser habitadas e a manter o seu papel de principais centros administrativos; os acampamentos militares continuaram a ser organizados de acordo com padrões regulares de origem romana, e mesmo em programas não militares a tradição de regularidade era mantida.

O urbanismo português, a par de outras culturas do sul da Europa, teve também a influência muçulmana, que terá contribuído para um reforço da cultura territorial mediterrânica já presente nas nossas cidades. Na sua permanência em Portugal até ao século XIII os muçulmanos deixaram inscritas em muitas cidades a sua cultura urbana, constituindo estes traçados, com os princípios que lhes deram forma, uma importante componente da tradição urbana portuguesa.

Nas cidades muçulmanas confluem três tipos de factores determinantes da sua forma: aqueles que derivam das características morfológicas dos espaços urbanos já existentes e que ocuparam, nomeadamente as cidades de fundação

romana; aqueles que derivam das características ambientais do espaço em que se implantam; e aqueles que derivam da sua religião e cultura específicas.

A estrutura formal da cidade caracterizava-se por uma clara hierarquia de vias. Duas vias principais atravessavam habitualmente a cidade, ligando portas localizadas em lados opostos da muralha e cruzando-se no centro. A partir destas vias principais saíam ruas secundárias que progressivamente se iam ramificando, com um carácter cada vez mais privado. As necessidades de defesa, as características ecológicas do espaço geográfico em que estas cidades se construía, e o estilo de vida prescrito pelo Corão contribuíam para o carácter íntimo destas vias secundárias, tortuosas, com diferentes perfis ao longo do seu percurso, das quais saíam travessas em cotovelo ou becos que davam acesso a pequenos conjuntos de casas construídas em torno de impasses. As casas eram viradas para pátios interiores, e as poucas aberturas para a rua eram protegidas por janelas, rótulas e muxarabis. Muitas destas características da cidade islâmica vão permanecer na cidade medieval cristã portuguesa, passando a fazer parte das suas características e tornando-a específica no contexto europeu.

3. A crescente afirmação da regularidade

A tradição dos traçados regulares da antiguidade manteve-se viva ao longo da idade média. As cidades medievais construídas do século XII ao século XIV de acordo com planos regulares, geralmente ortogonais, são a expressão mais visível desta continuidade. Em Portugal, a construção a partir do século XIII de cidades com traçados urbanos regulares estava relacionada com o processo da Reconquista e a necessidade de colonizar e de reorganizar economicamente o território. Muitas cidades foram fundadas em zonas de fronteira ou em áreas que necessitavam de ser colonizadas ou desenvolvidas economicamente.

Os traçados destas cidades portuguesas não evidenciam tão explicitamente como outras cidades europeias suas contemporâneas as suas referências aos cânones da antiguidade. Não existem traçados em quadrícula e a praça ou não se localizava no centro ou não existia, só se vindo a estruturar gradualmente ao longo dos tempos. Apesar disso, os traçados destas cidades medievais tinham uma base regular, concebidos de acordo com um padrão geométrico e tendendo para uma organização ortogonal de ruas e quarteirões.

A partir de finais do século XV observa-se um movimento de renovação urbanística em Portugal consistindo na reforma, alteração ou expansão de cidades existentes. Nalguns casos, estas intervenções incidiam na estruturação de praças urbanas, associadas à construção de novos edifícios institucionais, na maior parte dos casos Casas de Câmara, Misericórdias e Igrejas Matrizes. Noutros casos, tratava-se da construção de novas expansões urbanas planeadas, em que eram adoptados novos princípios urbanísticos de regularidade e de

ordenamento, e onde se expressava uma concepção moderna de espaços públicos.

No início de quinhentos, a cidade de Angra apresentava já um traçado ortogonal, com uma praça rectangular que correspondia, nas suas dimensões e na sua relação com a restante malha urbana, a um quarteirão não construído e onde se situava a Sé. As ruas principais estavam orientadas perpendicularmente ao mar e as secundárias cruzavam-nas em ângulo recto, definindo um conjunto de quarteirões rectangulares orientados na direcção do mar. O traçado de Angra representa claramente uma ruptura com modelos medievais, explorando concepções modernas de estrutura urbana e de estrutura de quarteirões. Outras intervenções quinhentistas que se baseiam nos mesmos princípios de regularidade incluem o Bairro Alto de Lisboa e Salvador da Bahia, no Brasil.

A cada vez maior regularidade dos traçados urbanos portugueses é expressão da crescente racionalização da cultura urbana europeia. A escolha de sítios planos, que para as novas fundações quer para a construção de novas expansões, em vez dos sítios acidentados preferidos anteriormente, foi um factor importante para a adopção de padrões regulares. Por outro lado, o planeamento das cidades passou a ser, cada vez mais, função dos engenheiros militares, com uma sólida formação teórica, cuja acção se traduzia na adopção da geometria como base para o planeamento de traçados urbanos regulares. São Luis de Maranhão, de 1615, de Francisco Frias de Mesquita, é um exemplo de cidade seiscentista que adoptou um plano regular, ortogonal, com uma praça central de forma rectangular inserida na quadrícula, onde se localiza a igreja de Nossa Senhora do Carmo. Esta é uma praça moderna, de inspiração renascentista, concebida de raiz com uma forma regular, e que desde o início se assume como centro formal e funcional da cidade.

No século XVIII são construídas cidades, quer em Portugal quer no Brasil, com planos absolutamente regulares, concebidos segundo traçados geométricos ortogonais, onde se expressam os grandes temas do urbanismo clássico: a cidade planeada racionalmente de forma global, a praça como elemento central da malha urbana, a beleza da cidade associada à regularidade do traçado e à adopção de modelos arquitectónicos uniformes. Nestas fundações urbanas existia uma preocupação com a regularidade do plano e o alinhamento de ruas e de fachadas. O rigoroso ordenamento urbano subjacente a estas novas fundações era ao mesmo tempo expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar e uma marca do bom governo. A formosura e o ordenamento destes núcleos urbanos passavam também pela normalização da arquitectura, em que todos os edifícios de habitação tinham fachadas construídas de acordo com o mesmo projecto.

Uma praça, geralmente de forma quadrada e localizada no centro da povoação, constituía o elemento gerador da malha urbana, sendo a partir dela que se definia o traçado das ruas. Nesta praça, eram edificadas a Igreja, a Casa da Câmara e a Cadeia. Quando existia mais de uma praça, cada uma era

destinada a uma função distinta: numa delas estava localizada a igreja, com o cruzeiro, enquanto na outra se localizava a casa da câmara e o pelourinho.

É em Setecentos que a racionalidade do urbanismo português vai ter a sua expressão mais estruturada. Os planos para a reconstrução da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755, as reformas urbanas do Porto na segunda metade do século XVIII, e o plano para Vila Real de Santo António, de 1775, constituem o resultado da longa experiência de urbanização e da cada vez maior racionalização dos traçados urbanos portugueses que se observa ao longo dos séculos XVII e XVIII. Eles constituem, de diferentes formas, a síntese da experiência urbanística portuguesa de séculos anteriores e a expressão de uma teoria urbanística portuguesa.

4. As Sínteses. Salvador da Bahia e a Baixa de Lisboa

A cidade de Salvador da Bahia, construída a partir de 1549, é um dos melhores exemplos da síntese de um plano racionalmente estruturado com uma cuidadosa adaptação ao sítio. A cidade alta de Salvador da Bahia, construída sobre um planalto sobranceiro ao mar, apresenta uma estrutura urbana constituída por quarteirões rectangulares que foi adaptada às características topográficas do sítio, daí resultando uma malha urbana regular, mas não perfeitamente ortogonal.

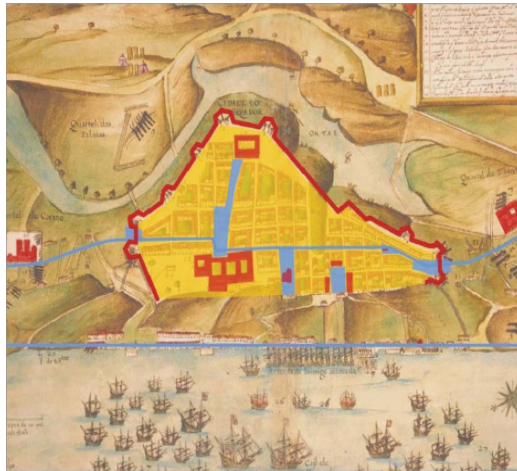


Fig.1. A relação do traçado urbano com a estrutura física do território.
Salvador da Bahia. Desenho do autor sobre: *Planta da restituição da Bahia*,
João Teixeira Albernaz, 1631, B.N.R.J.

O modo como a cidade de Salvador se relacionou com o sítio e se adaptou às suas características, construindo-se com ele, observa-se no traçado da muralha, que se ajustou à topografia do terreno, situando-se sempre à mesma cota, daí resultando um perímetro urbano de forma trapezoidal irregular; no traçado da cidade, que conciliava o rigor do plano com a realidade da

topografia, construindo a sua principal via estruturante ao longo de um caminho de cumeada; e no modo como as praças se desenvolveram nos nós de articulação das malhas urbanas e nos pontos de inflexão desta via estruturante.

Salvador da Bahia obedece a um desenho global, planeado, que lhe dá unidade e regularidade, ao mesmo tempo que tira partido dos acidentes do sítio, explorando as particularidades locais, estruturando os percursos fundamentais da cidade sobre as linhas naturais do território, aproveitando os desníveis para valorizar edifícios e monumentos, pontuando as colinas por igrejas e conventos, perspectivando as ruas em direcção a edifícios singulares, resolvendo as inflexões da linha de cumeada através da localização de praças. Ao tirar partido das particularidades do sítio, enfatizando-as, ao mesmo tempo que as integra num plano ordenador, Salvador da Baía pode ser vista como uma síntese dos diferentes modelos e concepções de cidade que estão presentes no urbanismo português.

Em todos os momentos de construção da cidade Portuguesa a racionalidade e a ordem geométrica era caldeada por uma atenção particular ao território e a princípios de estruturação urbana que não tinham uma base geométrica. Os seis planos elaborados para a reconstrução da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755 ilustram, no seu conjunto, diferentes sínteses das vertentes vernácula e erudita que, em todas as épocas, foram componentes fundamentais do urbanismo português. Em cada um destes planos encontramos uma atitude diferente para com o sítio, as pré-existências construídas e o antigo traçado da cidade, e uma diferente relação entre as duas componentes do urbanismo português, construindo uma síntese diferente das culturas urbanísticas em confronto.

Nas suas várias formulações, estes planos vão de uma total aceitação das pré-existências e das particularidades locais, como era o plano de Gualter da Fonseca e de Francisco Pinheiro da Cunha, que respeitava o traçado anterior e a localização das igrejas e capelas, até uma aparente abstracção do seu traçado geométrico, como era o projecto de Eugénio dos Santos que viria a ser seleccionado, que se estruturava através de uma lógica racional, aparentemente liberto de todos os condicionantes, com excepção das praças do Rossio e do Terreiro do Paço. É no entanto o plano, não seleccionado, de Eugénio dos Santos Carvalho e de António Carlos Andreas aquele que conseguia conciliar de uma forma mais equilibrada o respeito por linhas estruturantes fundamentais da cidade, por percursos e pela localização das igrejas antes do

terramoto, com um traçado inovador e racional, onde é patente o ordenamento e a regularidade que se pretendia impôr ao plano.

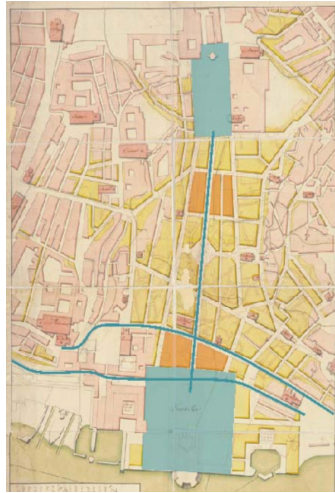


Fig.2. As linhas estruturantes do plano de Eugénio dos Santos e Carvalho e António Carlos Andreas: praças, vias principais, orientação dos lotes. Desenho do autor sobre: *Planta n.º 3.º, Plano da Cidade de Lisboa baixa destruída, em que vão sinaladas com punctuação preta todas as ruas, travessas e becos antigos, e as ruas escolhidas de novo com toda a liberdade se mostrão em branco, e os sítios dos edificios novos de amarello, e as Igrejas e lugares se conservaõ sem mudança de carmim forte, a alfandega do tabaco, Baluarte do terreiro do Paço e sua cortina, que se devem derribar para restar formado o grande terreiro do Paço vão lavados de huma agoada de carmim, como também algumas porções de edificios do arco do açougue té á entrada do Pelourinho, que taõ bem se haõ de derribar para complemento do mesmo terreiro do Paço com semelhante agoada e a divizaõ das fregas com a cor azul, Eugénio dos Santos e Carvalho, António Carlos Andreas, [Séc. XVIII], M.C.L.*

O plano para a Baixa de Lisboa é herdeiro da cultura urbanística erudita europeia, caldeada com a experiência prática do urbanismo português acumulada ao longo dos séculos, em grande parte nos territórios ultramarinos. Este era o património de saber de que os engenheiros militares setecentistas eram herdeiros. Não obstante o conhecimento teórico dos engenheiros portugueses, ou precisamente pelo seu domínio desse saber teórico, a componente vernácula do urbanismo português, que se baseava num entendimento íntimo do território sobre o qual se construía, nunca foi rejeitada, mas antes assimilada pelos profissionais.

O plano de Eugénio dos Santos faz deliberadamente uma revisitação dos principais temas do urbanismo tradicional português. Partindo de formas urbanas tradicionais da cidade portuguesa de diferentes períodos históricos,

Eugénio dos Santos elaborou, a partir delas, um plano racional e erudito. As habituais dualidades que se estabelecem entre traçados vernaculares e eruditos, planeados e não planeados, esbatem-se. O plano da Baixa dilui estas fronteiras e mostra que não há incompatibilidade entre uma e outra destas formas de fazer cidade. O plano de Eugénio dos Santos tem a capacidade de simultaneamente se enquadrar na cultura arquitectónica e urbanística do momento em que foi concebido, responder adequadamente ao programa estabelecido, articular-se de perto com as características físicas do sítio em que se constrói e basear-se em princípios fundamentais de estruturação da cidade tradicional portuguesa. Desta forma, Eugénio dos Santos faz uma síntese perfeita dos vários componentes que caracterizam os traçados urbanos portugueses.

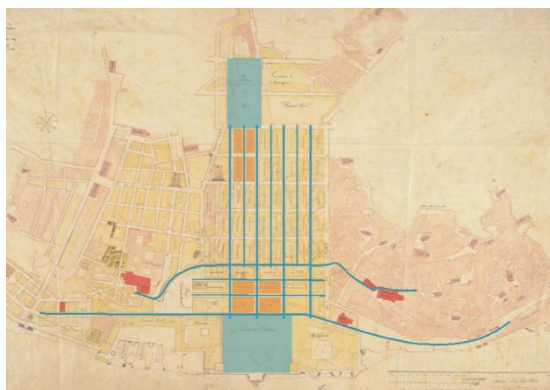


Fig.3. As linhas estruturantes do plano de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel: praças, vias principais, orientação dos lotes. A hierarquia das ruas. Desenho do autor sobre: *Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, tambem Segundo o novo Alinhamento dos Architétos*. Eugénio dos Santos e Carvalho, e Carlos Mardel, [Séc.XVIII], M.C.L.

Em todas as épocas, a cidade portuguesa procurava responder à realidade material de cada situação, não se limitando a reproduzir modelos abstractos. Mesmo quando se estruturava segundo modelos planeados, eruditos, racionais e geométricos, procurava sempre adaptar-se à realidade física em que se situava. A prática urbanística portuguesa constituiu sempre a síntese de dois modos de conceber e construir o espaço, fruto da sua dupla herança cultural e civilizacional: de um lado o plano idealizado, o desenho e o rigor da

geometria, do outro, a experiência prática, o confronto com a realidade física, a demarcação no terreno.

Bibliografia

- José-Augusto França (1987), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Américo Simas Filho, coord. (1979), *Evolução Física de Salvador*. 2 vols. Salvador da Bahia Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitectura.
- Manoel da Maya (1910), “1.^a Dissertação sobre a renovação da cidade de Lisboa por Manoel da Maya, Engenhr.^o mor do R.no”, in Christovam Ayres, *Manuel da Maya e os Engenheiros Militares Portugueses no Terremoto de 1755*. Lisboa.
- Manuel C. Teixeira, Margarida Valla (1999), *O Urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Manuel C. Teixeira (2008), *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*, in <http://cartografiaurbana.ceurban.com/publicacoes.php>.